

A criação e supressão de escolas no Paraná Oitocentista: o “barulho por baixo da história”

Creation and suppression of schools in the Province of Paraná in the 19th century: the “noise underneath history”

Juarez José Tuchinski dos ANJOS¹
Gizele de SOUZA²

Resumo

O artigo tem por objetivo compreender o que a criação/supressão de cadeiras revela sobre o lugar ocupado pela escola na vida da criança e da cidade e as relações estabelecidas entre elas, no Paraná Oitocentista. Através do conceito de acontecimento, são interrogados os múltiplos sentidos do fenômeno, mediados por documentação referente à instrução pública. Após o percurso histórico percorrido, tendo por campo de análise a cidade da Lapa, conclui-se que este acontecimento indica que, já naquele período, a escola estava consolidada, naquela localidade, como o espaço adequado para a formação da criança na cidade.

Palavras-chave: Escola. Criança. Cidade. Século XIX.

Abstract

This paper aims to understand what the creation/suppression of elementary schools reveals about the place occupied by the school in the lives of children and in the city, and the relations established between them in the Province of Paraná during the 19th century. Through the concept of event, we examined the multiple meanings of the phenomenon mediated by documentation pertinent to the public instruction. After the historical path traversed having the city of Lapa as the field of analysis, we concluded that this type of event indicates, that during that period, the school was already consolidated in the place as the appropriate space for the education of children in the city.

Keywords: School. Child. City. 19th Century.

-
- 1 Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2011). Desenvolve pesquisas na área de História da Educação, privilegiando os seguintes temas: Instrução Pública no século XIX; História da Infância; História da Educação da Criança pela Família no século XIX. É membro do NEPIE-UFPR. Endereço profissional: Universidade Federal do Paraná, Rua General Carneiro, n. 460, Edifício D. Pedro I, Reitoria. 80060-150 – Curitiba – PR. E-mail: <juarezdosanjios@yahoo.com.br>. Pesquisa Financiada pela CAPES-REUNI.
 - 2 Doutora em Educação. Professora do Setor de Educação e do Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Brasil. Coordenadora do NEPIE - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil, na mesma universidade. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, História da Infância e Educação Infantil, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação primária, história da infância, história da assistência à infância, história da educação infantil, cultura escolar, cultura material escolar e educação infantil. Endereço profissional: Universidade Federal do Paraná, Rua General Carneiro, n. 460, Edifício D. Pedro I, Reitoria. 80060-150 – Curitiba – PR. E-mail: <gizelesouza@uol.com.br>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 24	n. 55	p. 225-245	jan./abr. 2015
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Hoje já não se fala da História da Educação brasileira no século XIX como um período pouco estudado ou pouco visitado em nossas pesquisas. As análises de produção e balanços de congressos confirmam essa nova situação do período Imperial na historiografia educacional desde princípios da última década (CATANI; FARIA FILHO, 2002; XAVIER, 2000). Não se trata apenas de uma efervescência de pesquisas, mas de novos olhares que ajudam a superar o modelo historiográfico que produziu o Império Brasileiro como um “[...] tempo fraco em relação ao tempo forte republicano” (HILSDORF, 2002, p. 136). Percebe-se um movimento da parte dos pesquisadores, no sentido de compreendê-lo a partir dele próprio. Inúmeros problemas, objetos e abordagens vêm sendo propostos e investigados nos últimos anos, como os métodos de ensino, a obrigatoriedade da escolarização, a produção do tempo escolar, dentre outros. Contudo, quando se trata de investigar os sujeitos escolares – famílias, professores, inspetores e, em especial, a criança – ainda temos muito a avançar, indo da floresta às árvores, segundo a expressão de Faria Filho, para conseguir compreender a constituição do macro por meio de experiências singulares (FARIA FILHO, 2008). Urge empreender esforços no sentido de dar visibilidade às práticas dos sujeitos construtores da escola brasileira no século XIX.

Em nossa trajetória de pesquisadora/orientando temos procurado construir narrativas que enfatizem a presença da criança na produção dos processos histórico-educativos, demonstrando que, ao encarar as fontes e situações que com frequência problematizamos em nossas investigações, com essanova intenção de olhar, um olhar ao rés-do-chão, em que é possível ver outra coisa, de um ponto de vista diferente (REVEL, 2000), novos panoramas se descortinam em torno do passado da escola brasileira no século XIX. Efetuando um recorte na problemática mais ampla da qual temos nos ocupado, tomamos por objeto, neste artigo, o fenômeno histórico da criação/supressão de cadeiras, com o objetivo de compreender o que este tipo de acontecimentorevela sobre o lugar ocupado pela escola na vida da criança e da cidade, e as relações estabelecidas entre as três, no Paraná Oitocentista.

O espaço escolhido para análise é a cidade da Lapa, surgida ainda no século XVIII, como um local estratégico de pouso para os tropeiros que vinham de Viamão, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, até Sorocaba, em São Paulo, para a grande feira de muares que anualmente ali se realizava. Em 13 de junho de 1769, o povoado se tornou Freguesia de Santo Antonio da Lapa. Por volta de 1800 foi consolidada, como principal via de acesso à São Paulo, vindo do sul, a Estrada da Mata, à beira da qual se desenvolveu, ao longo do século XIX, a Vila do Príncipe (título recebido em 1806), depois, cidade da Lapa (elevação alcançada em 1872). Essa pequena *urbe* viveu, nas três últimas décadas do Segundo Reinado, momentos significativos da definição política e social do Brasil, como a Guerra do Paraguai, a Lei do Ventre Livre, o Primeiro

Recenseamento do Império Brasileiro, a Reforma Eleitoral e a Abolição da Escravidão. Num plano mais regional, acompanhou o processo de organização da sociedade paranaense, a última província a ser criada no Império, participando de preocupações diversas, dentre as quais estava a escolarização da população. Na própria cidade, experiências históricas mais particulares também tiveram lugar: a inflexão do comércio de tropas a partir dos anos 1870, a criação de uma Associação Literária e uma Biblioteca, a construção de um teatro (existente ainda hoje), a visita do Imperador D. Pedro II, em 1880, e a rápida passagem da Princesa Isabel e do Conde D’Eu, em 1884. No tocante à instrução pública, o município sempre foi sede de inspetoria de instrução, contando com escolas públicas desde 1832 e 1848, para meninos e meninas, respectivamente (KUBO, 1986), além de várias escolas particulares de maior ou menor duração, assim como cadeiras isoladas de ensino de francês e latim. Ainda na década de 1870, teve lugar a tentativa de criação de uma escola noturna para adultos, que, interrompida, foi retomada em 1882, com o apoio da Câmara Municipal. Entre os anos de 1877 e 1878, uma experiência histórica ocorreu naquela localidade: uma das duas cadeiras (como eram chamadas as escolas primárias) de meninos, em funcionamento, foi suprimida por ordem do governo provincial.

Partindo de uma situação comum na história da educação brasileira no século XIX – o fenômeno da criação e supressão de cadeiras – a hipótese em tela é de que acontecimentos como este são reveladores da importância atribuída à escola como um espaço na cidade voltado à formação e educação da criança na sociedade oitocentista. O conceito de acontecimento, com o qual operamos, é utilizado aqui em dois sentidos: como escolha – “[...] um corte que operamos livremente na realidade” (VEYNE, 1998, p. 46) – através do qual o historiador empreende sua análise e estabelece as relações que permitem sua interpretação dos vestígios do passado; e como tentativa de destacar em situações pontuais relações mais complexas e por vezes imperceptíveis, que fazem um acontecimento “[...] iluminar e revelar culturas e conflitos de uma época” (LE ROY LADURIE, 2002, p. 385). Embora realizemos essa investigação num recorte cronológico de curta duração (1877-1878), se traçado em paralelo com a decomposição braudeliana do tempo histórico (BRAUDEL, 1995), também nos permitimos realizar alguns recuos temporais, por concordarmos com Carlo Ginzburg que na seção transversal de qualquer presente estão incrustados muitos passados (GINZBURG, 1991), sendo o movimento diacrônico o mais oportuno para compreender melhor o fenômeno e o momento que delimitamos efetivamente.

As fontes utilizadas se compõem de Relatórios dos Presidentes da Província, ofícios da Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná, de professores e de vereadores da Câmara da Lapa, de mapas escolares, da

legislação escolar daquela Província e de alguns registros de ocorrências policiais em processos judiciais. Este *corpus* documental foi tomado como vestígio indireto deixado pelos adultos (BECCHI; JULIA, 1996) da presença da criança na história e das relações que ela mantinha com os demais atores sociais, na cidade da Lapa e nas escolas que ali funcionavam.

Inspirados na expressão cunhada por Arlette Farge do “[...] barulho por baixo da história” (FARGE, 1999, p. 92), consoante a qual os acontecimentos permitem escutar vozes às vezes desconhecidas, tornando-se capazes de “[...] infletir as formas retóricas e conceituais” (FARGE, 1999, p. 92) com as quais se constroem as explicações que se erigem como hegemônicas, porque se atêm às vozes que ressoam por *cima* da história, este texto se divide em duas partes. Na primeira, ao refletir sobre as causas de abertura e fechamento de escolas na Província do Paraná, intentamos compreender esse movimento *por cima* da história, mais conhecido na historiografia, lido na ótica das peculiaridades paranaenses. Na segunda, buscamos ouvir o barulho por baixo da história, o barulho das relações e inter-relações da criança com a escola e a cidade da Lapa no século XIX, em que vozes desconhecidas permitem a identificação de outros sentidos e a produção de outras interpretações sobre um mesmo fenômeno histórico.

Por cima da história: *criar escolas é traçar os caminhos do progresso*

No começo do mês de outubro de 1877, os meninos que frequentavam a 1ª Cadeira do Ensino Primário da Lapa, sob a regência do professor público Geniplo Pereira Ramos, tiveram de se transferir para a 2ª Cadeira da mesma cidade, para tomar aulas com o professor Pedro Fortunato de Souza Magalhães Jr. Essa mudança se deveu à supressão da 1ª cadeira, comunicada ao inspetor paroquial pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, João Pereira Lagos, em ofício datado de 1º de outubro de 1877. Geniplo, por sua vez, perdera a cadeira, mas não o emprego, posto que era professor vitalício. Foi-lhe dado o prazo de “[...] dois meses para dentro dele, requerer provimento n’outra cadeira, findo o qual deixará de gozar das vantagens que lhe são concedidas pelo parágrafo 18 do artigo 1º da Lei n.º 456 de 1º de Abril de 1876” (APMCM, Caixa 13, Ofício de 01/10/1877).

Três anos antes, no Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, assim se expressava o presidente Frederico José Abranches: “Criar escolas é traçar os caminhos do progresso; é levantar altares à justiça, à moralidade e ao trabalho, à todas as grandes virtudes que nobilitam o homem” (ABRANCHES, 1874, p. 23). A fala deste político evoca uma série de significados em torno do ato de

abrir uma escola na Província, expressos pela ideia de um progresso pautado por valores, como a justiça, a moralidade e o trabalho, com a intenção de, em se tratando de escolas primárias, enobrecer a criança para torná-la um homem novo. Mas, se criar escolas era traçar os caminhos do progresso, o que acontecia quando uma escola era fechada? Esses caminhos de progresso deixavam de ter importância? Revelavam-se ineficazes?

Um antecessor do presidente, André de Pádua Fleury, em 1866, declarava que:

A multiplicidade de escolas deve ter por limites os recursos financeiros da província e a insuficiência de seu pessoal. Exagera-la é entregar o ensino à ignorância e à inépcia, incumbindo-as de instruir o povo. Sendo admitido que só uma décima parte da população livre está nas condições de frequentar as escolas, o número destas tem de proporcionar-se á 8.749, donde resulta que para cada uma das 54 atuais correspondem 160 habitantes. Se atendermos, porém, que em França, onde a população é 36 vezes mais densa e na Holanda 50, se adota a proporção de 1.000 e 2.000 por escola, concordareis que é excessivo o número de 54 para 8749. Parece-me, pois, se deveria estabelecer como regra possuisse cada freguesia uma do sexo masculino e cada município outra do feminino; à exceção da capital e da cidade de Paranaguá, que poderão conservar 4, sendo duas para o primeiro e duas para o segundo. Fixada esta base ficarão 34 escolas, á razão de 257 habitantes, número que não é extraordinário, em vista da imensa disseminação da população pelo vasto território da Província. Sobre isto, para conservação das escolas, convém determinar o mínimo legal de frequência assídua, o qual não deve ser maior de 24 alunos[...]. (FLEURY, 1866, p. 23-24).

De acordo com esse discurso, proferido onze anos antes da supressão ocorrida na Lapa, o número de cadeiras de instrução pública devia ser proporcional à disponibilidade financeira da província. Criar uma escola era criar também uma fonte de gastos e despesas, cujos retornos, ao que parece, nem sempre eram os esperados. Ao realizar comparações com outros países, a intenção do presidente era deixar claro que as escolas precisavam ser frequentadas pela população, para que as despesas com elas fossem justificadas. O fator despesa x frequência, como elemento decisivo para a criação/supressão de escolas, também foi identificado em Goiás (ABREU, 2006) e Minas Gerais (VEIGA, 2002), dentre outras regiões brasileiras. Para estabelecer um parâmetro sobre essa questão, o presidente sugere um número mínimo de alunos para manter uma escola aberta.

A Lei n. 144, de 21 de abril de 1866, fixou para as cidades a exigência da frequência mínima de 25 alunos (um a mais do que propunha Pádua Fleury); para as vilas, de 16; freguesias, 12, e outros lugares, dez alunos (PARANÁ, 1866). A frequência de um número menor não significava, de imediato, o fechamento da escola, mas a redução dos vencimentos a serem pagos ao professor. Quando a redução passasse de dois terços do ordenado, aí sim, a escola seria fechada. O Regulamento da Instrução Pública Primária de 1º de setembro de 1874, nos artigos 147 e 149, mantém esta prescrição, embora revogue a possibilidade de fechamento da escola quando os descontos do ordenado do professor excedessem dois terços (PARANÁ, 1874). A Lei n. 440, de 11 de maio de 1875, no artigo 15 determina que nos bairros e freguesias

[...] onde houverem duas cadeiras de instrução primária de sexos diferentes, que não tiverem o número de alunos marcados no art. 147 do Regulamento da Instrução Pública de 1º de setembro de 1874, o Presidente da Província conservará uma só cadeira promíscua. (PARANÁ, 1875)

Na Lei n. 456, de 12 de abril de 1876, é atribuída ao presidente da Província, no art. 2º, a faculdade de criar cadeiras de instrução, bem como “[...] suprimir aquelas que por insignificante número de alunos forem reconhecidas desnecessárias” (PARANÁ, 1876^a). Por fim, o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná, de 16 de julho de 1876, o último do período provincial, estabelece no art. 7º que “[...] haverá em cada povoado que verificar-se a existência de quarenta meninos em condições de aprender, uma cadeira pública de ensino elementar [...]” e, conforme o art. 8º, “[...] naqueles lugares em que o número de meninos fora inferior ao de que trata o artigo anterior, poderá ser auxiliada a escola particular que existir com uma subvenção” (PARANÁ, 1876^b).

Em meio a este emaranhado de prescrições legais são identificáveis algumas continuidades na política do provimento/supressão de cadeiras do Paraná Provincial. O Regulamento de 1876 prescreveu que deveria haver uma escola em qualquer lugar que se verificasse a presença de quarenta meninos em condições de aprender, não de quarenta alunos matriculados e frequentes. Assim, é de supor-se que os números indicados pelas leis de 1866 e 1870 continuaram sendo o padrão para supressão de cadeiras, isto é, frequência mínima de 25 alunos.

Conforme o ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Inspetor Paroquial da Lapa, em 1877, a 1ª cadeira deixaria de funcionar a partir de outubro daquele ano. Como vimos na legislação, só um número de alunos frequentes inferior ao prescrito pela lei poderia ser a causa para a supressão. Isso dever ter sido constatado nos mapas trimestrais de janeiro a setembro, remetidos à inspetoria geral da instrução pública. Não foram localizados os mapas da 1ª cadeira da Lapa desse período, mas foi encontrado o referente ao último trimestre de 1876, elaborado com certo atraso, em fevereiro de 1877 (Tabela 1).

Tabela 1 - Mapa dos alunos da 1ª Cadeira desta Cidade da Lapa relativo ao Trimestre de Outubro a Dezembro de 1876

Nº	Nomes dos alunos	Faltas durante o trimestre			Aproveitamento
		Outubro	Novembro	Dezembro	
1	Jusino Teixeira Sabóia	22	19		Regular
2	João Soares de Siqueira	7	9		“
3	Joaquim Ferreira Magalhães	22	19		“
4	João Alves dos Santos	“	“		“
5	João Teixeira Sabóia	6	11		“
6	João Antonio Aguiar	2	1		Bom
7	Indalécio Lourenço de Aguiar				“
8	Gabriel da S. Gomes	3	1		Sofrível
9	João de Deus Magalhães	22	19		“
10	José Fidêncio Guimarães	7	19		“
11	Tobias Cardoso Moreira Jr.	1			Bom
12	Marciano Bonifácio Ramalho	2	1		Sofrível
13	Antonio Raimundo de Siqueira	8	8		“
14	Francisco Fidêncio Guimarães	4	19		“
15	Joaquim Ferreira Guimarães	“	4		Bom
16	Antonio Teixeira Sabóia	1	“		Sofrível
17	Manoel Pedro de Siqueira	12	15		“
18	Antonio Lourenço de Siqueira	2	1		Bom
19	Eufrásio de Siqueira Cortes F.	1	4		Sofrível
20	Teófilo Xavier da Silveira	13	6		Sofrível
21	Marcolino J. Monteiro		1		Bom
22	Vicente Del Gavio	22	19		Sofrível

23	Paulino do Brasil Monteiro		4		“
24	Marcolino Beker	9	3		“
25	Bernardo Pinto de Oliveira	3	5		“
26	Joaquim Praxedes dos Santos	14	15		“
27	Alfredo Cardoso Moreira	1			“
28	Epiphaneo Gonçalves de Lima	2	14		“
29	Joaquim d’Orneles	8	19		Bom
30	José Círculo d’Orneles	“	“		“
31	Arthur Ferreira de Andrade				Sofrível
32	Alfredo Westphalem	19	16		“
33	Adélio Paulino de Siqueira	16	“		Sofrível
34	Antonio Claudino de Souza Filho	1	1		“
35	Antonio da Silveira Ramalho	2	1		“
36	Emiliano Siríaco Ramalho		2		“
37	Onorino Fernandes dos Santos	2	9		Bom
38	Alberto Alves Guimarães		2		Sofrível

Fonte: APMCM, caixa 13, documento manuscrito.

Este mapa nos dá uma ideia do movimento de frequência e aproveitamento dos alunos e é um indicador para compreender o que pode ter se passado nos meses seguintes que antecederam a supressão da cadeira. Nos concentraremos aqui no fator que mais interessa - a frequência. Pela análise do mapa se constata matrícula de trinta e oito meninos. Chama a atenção o grande número de faltas, como por exemplo, dos alunos Jusino, Joaquim e Vicente, que, em outubro, faltaram em 22 dias e novembro, em 19, passando, por outro lado, praticamente despercebidos os alunos Alberto, Emiliano, Artur, Paulino, Marcolino e Indalécio que, no mês de outubro, não faltaram sequer um dia. Diante dessas sutilezas do que se destaca e daquilo que se oculta, as faltas avultadas que chamam nossa atenção e que, certamente, também devem ter saltado aos olhos dos inspetores, revelam outra configuração, se nos detivermos na análise do número de alunos faltosos, agrupando-os por número de faltas. É possível ter uma ideia aproximada do movimento de alunos frequentes ao longo de cada mês, começando por outubro (Tabela 2).

Tabela 2 - Proporção de faltas dos alunos da 1ª Cadeira da Lapa em Outubro de 1876

Outubro 1876	
Número de Faltas	Número de alunos faltosos
0 faltas	06 alunos
1 a 5 faltas	15 alunos
6 a 10 faltas	07 alunos
11 a 15 faltas	03 alunos
16 a 20 faltas	02 alunos
21 a 25 faltas	05 alunos

Fonte: Casa da Memória – Lapa-PR, caixa 13, documento manuscrito.

Se considerarmos que o grupo de alunos que teve entre uma a cinco faltas, possivelmente cometeu uma por semana; somado ao grupo de alunos que não faltaram em nenhum dia, temos que, no mês de outubro de 1876, a 1ª cadeira do sexo masculino registrou uma frequência média de aproximadamente vinte e um alunos em cada aula, que, somada ao grupo que teve de seis a dez faltas, poderia ter ficado acima dos 25 prescritos pela legislação de 1866, parâmetro mais provável de análise para a supressão de cadeiras. O bolso do professor, talvez, sentiria a diferença na hora de receber o ordenado, mas a escola continuaria a funcionar.

No mês de novembro, os números se modificaram um pouco (Tabela 3) mantendo, contudo, o mesmo padrão de frequência com uma notável diminuição dos alunos que faltaram mais do que vinte dias e um aumento dos que faltaram entre dezesseis e vinte dias.

Tabela 3 - Proporção de faltas dos alunos da 1ª Cadeira da Lapa em Novembro de 1876

Novembro 1876	
Número de Faltas	Número de alunos faltosos
0 faltas	04 alunos
1 a 5 faltas	15 alunos
6 a 10 faltas	04 alunos
11 a 15 faltas	04 alunos
16 a 20 faltas	11 alunos
21 a 25 faltas	00 alunos

Fonte: Casa da Memória – Lapa-PR, caixa 13, documento manuscrito.

A frequência média, calculada como para o mês anterior, resultaria em dezenove alunos, que, somada aos que tiveram entre seis e dez faltas, resulta em vinte e três, ficando abaixo dos padrões aceitáveis para o funcionamento da escola e do bolso do professor.

Como já tivemos oportunidade de ver, a última lei em vigor indicava o número de alunos necessários para criar uma escola, não para mantê-la. Partindo do princípio de que esses números ficaram fixados com o que a legislação anterior previa para as cidades, ou seja, vinte e cinco alunos frequentes, em Dezembro de 1876 a cadeira regida pelo professor Geniplo apresentava trinta e oito meninos matriculados e uma frequência média de pouco menos de dois terços. A escola, naquela época, estava na linha de limite para continuar funcionando. O que continuou a acontecer nos nove meses seguintes, não foi possível verificar pela ausência de outros mapas. O que se sabe é o que declarou o presidente da Província, Oliveira Júnior, sobre as causas que levaram à supressão de 45 cadeiras, dentre as quais a 1ª da Lapa:

Do que fica exposto, conclui-se que o Ato de 26 de Setembro, expedido em vista do art. 2º da Lei n. 456 de 12 de abril de 1876, e pelo qual foram suprimidas 45 cadeiras, quando não tivesse em seu favor *o poderoso motivo de ordem econômica*, determinado pela crise financeira por que está passando a Província e que *exige restrições em todas as verbas de despesa*, teria ainda em seu favor duas razões irrecusáveis: a falta de pessoal habilitado para reger maior número de cadeiras e a falta de frequência das existentes, falta que se torna saliente examinando-se o mapa das cadeiras suprimidas, muitas das quais eram apenas frequentadas por dois ou três alunos. (OLIVEIRA JUNIOR, 1878, p. 37, grifo nosso).

Das três causas levadas em conta pelo presidente da província para a supressão de cadeiras, a que mais pesou foi o fator econômico, a necessidade que a Província tinha, naquele momento, de economizar. Em tempo de crise, fechar escolas também era um caminho do progresso ou, ao menos, de evitar retrocessos. Se a existência de certo número de crianças em uma localidade era motivo para criação de escolas, o fator econômico, ainda que não explícito pela lei, mas expresso nos discursos oficiais, era o ponto crucial em matéria de supressão de cadeiras. Por outro lado, a baixa frequência, essa sim prevista como critério legal para essa questão, reforçava a oportunidade de realizar o fechamento de uma escola. Parece que, na Lapa, essas duas situações se aliaram: uma possível baixa de frequência que teria se mantido nos meses seguintes ao mapa que analisamos e a escassez de recursos dos cofres provinciais.

As fontes, até aqui, mostram que a escola era percebida pelos dirigentes da Província como necessária, mas ainda disputava espaço com outras dimensões da organização do serviço público, como a conservação de estradas, colonização, cadeias, dentre outros temas frequentemente elencados nos relatórios dos presidentes da Província. Mas, para outros sujeitos, o seu lugar e o seu espaço já estavam garantidos e eram necessários, devido a motivos igualmente importantes. É o que nos sugere o barulho por baixo da história, que tentaremos ouvir a seguir.

Por baixo da História: entram em cena as relações com as crianças

Em dezembro de 1877, três meses após a supressão da 1ª Cadeira de Meninos da Lapa, o professor da 2ª Cadeira, Pedro Fortunato Jr., relatava ao inspetor paroquial:

Estão matriculados até esta data 52 alunos tendo esta (ilegível) de ordem pela supressão da cadeira regida pelo meu colega o digno professor o snr. Geniplo Pereira Ramos. É com dificuldade que se pode dirigir uma escola com tão avultado número de alunos, tirando disso as vantagens necessárias para, embora fracos, se aprontarem para exames. (APMCM, Caixa 13, Relatório de 20/11/1877, p.1)

Em 21 de maio de 1878, foi a vez da Câmara de Vereadores da cidade se dirigir ao presidente da Província:

Ilmo. e Exmo. Snr. – O honrado antecessor de V. Excia., guiado talvez por falsas informações e por uma mal entendida economia, suprimiu a primeira cadeira de instrução primária desta cidade, a cargo do Professor Geniplo Pereira Ramos. Os funestos efeitos desta medida não se fizeram esperar por muito tempo. Grande parte dos alunos que em número superior a trinta frequentavam aquela aula, *abandonaram a escola, retirando-se para os sítios ou vagando pelas ruas desta cidade*, outros *matricularam-se na aula regida pelo professor da 2ª cadeira*, que assim viu sua escola frequentada por um número de alunos ao que as maiores salas desta cidade poderia acomodar. V. Excia. sabe que *é absolutamente impossível a um só professor, por mais bem intencionado que seja, lecionar convenientemente uma tão grande quantia de meninos*, sobretudo em uma sala que *higienicamente mal poderia acomodar a terça parte*.

Sabe também V. Excia. os *funestos efeitos que produz sobre a saúde o ar viciado* pelos produtos respiratórios de um grande número de indivíduos acumulados em um mesmo *espaço pequeno, úmido, mal ventilado* e que somente poucas horas durante o dia recebe a ação benéfica dos raios de sol. Convencida pois da necessidade de mais uma cadeira de instrução primária nesta cidade, vem a Câmara Municipal oferecer a V. Sa. ocasião de prestar a esta cidade mais um importante serviço restabelecendo a cadeira suprimida. – Deus Guarde a V. Excia. – Paço da Câmara Municipal da Lapa, 21 de maio de 1878. (DEAP-PR, 5º Livro Copiador, não paginado, grifos nossos).

Através destes dois testemunhos, algumas pistas das relações travadas entre as crianças e a cidade, por meio da escola, e a cidade e a escola, por meio das crianças, podem ser apreendidas e problematizadas. Entrementes, trata-se de uma análise de indícios, vestígios e sinais. Segundo Carlo Ginzburg, três elementos são imponderáveis nesse tipo de operação: faro, golpe de vista e intuição. Especialmente esta última, como sinônimo de um processo racional, Ginzburg propõe diferenciá-la em intuição alta e baixa. Partamos da intuição baixa, aquela arraigada nos sentidos (GINZBURG, 198), e que permite compreender o que está mais visível.

O relatório é de um professor preocupado com o andamento da sua escola: lotada de alunos, as coisas não iam bem e, ainda por cima, não estava sendo possível prepará-los, mesmo fracamente, para os exames finais. Já o ofício solicita que uma providência seja tomada para que tal situação, denunciada pelo professor e referida pela Câmara de Vereadores, seja solucionada. Cada qual cumpre o seu papel: o professor informar ao inspetor sobre sua escola e os vereadores em pleitear junto ao Presidente da Província a prestação de um serviço considerado importante, o restabelecimento de uma cadeira de instrução. Essa intuição baixa sugere que a escola não estava isolada do restante da cidade e, inclusive, interferia na rotina da mesma, a ponto de a Câmara de Vereadores não poder ficar alheia àquela situação. E as crianças não eram nem um pouco passivas na história, pois, reunidas em um número maior que o convencional, estavam interferindo no bom andamento do ensino e da rotina de uma escola. Vereadores e professor, cada qual a seu modo, por meio destas correspondências, deram, num primeiro momento, visibilidade às suas angústias imediatas, mas, indiretamente, por meio de um fissura no seu discurso, dão visibilidade também às influências que advinham tanto por parte da escola sobre a cidade como da criança sobre a escola. Diante dessa possibilidade identificada por uma intuição baixa, deve entrar em cena a intuição mais refinada, “[...] capaz de passar imediatamente do conhecido para o desconhecido, na base de indícios” (GINZBURG, 1989, p. 179).

Conforme relato dos vereadores, alguns dos meninos que deram com a *porta na cara* ao chegarem à 1ª Cadeira, *abandonaram a escola e voltaram para suas residências no interior*. Com base em vários relatórios, produzidos pela Câmara da Lapa em anos anteriores, nota-se que a disseminação da população era preocupante para os edis, pois significava a impossibilidade de fazê-la mudar os hábitos da vida camponesa e abraçar os dos novos tempos, em que a lavoura deveria servir para o desenvolvimento econômico mais organizado do município e não apenas para subsistência, sendo que a instrução seria um dos meios de ajudar na produção dessa mudança. Num parecer de 1873, os vereadores tiveram a oportunidade de se manifestar sobre essa última questão. Mencionando a estatística mais apurada de que dispunham naquele momento – o Recenseamento do Império de 1872 – afirmavam que “[...] o município ainda conta com maior número de pessoas analfabetas do que as que sabem ler e escrever. Este fato devido, sem dúvida, a se achar a população muito espalhada, é digno de lástima” (APMCM, Caixa 11, Parecer, 1873). Em 1877-1878, essas crianças que saindo da escola voltavam às suas residências espalhadas pelo município, embora protegidas por suas famílias, estavam em perigo aos olhos dos administradores locais: corriam o risco de quanto mais longe da sala de aula, mais distantes ficarem dos ideais de progresso que os vereadores vislumbravam para a cidade por meio da instrução primária. Para a edilidade, se a situação assim permanecesse, maiores eram as chances de que tais crianças não mais retornassem à escola e engrossassem, dessa forma, o lastimável dado que constava anos atrás. Nelas se depositava, assim, esperanças de importantes mudanças, ameaçadas, porém, pelo fechamento da escola.

Uma segunda situação ocorrida com as crianças que ficaram sem escola, mas residindo talvez nas proximidades da área urbana, segundo os vereadores, foi encontrarem, com isso, um pretexto para agora *andarem vagando pelas ruas*. Também neste caso a situação era preocupante. As vias públicas, a câmara sabia e os processos criminais arquivados na Casa da Memória da Lapa o confirmam, eram potencialmente agitadas e palco de cenas pouco apropriadas para olhos infantis. Só nesse período que estamos estudando, algum menino desavisado, que vagasse pelas ruas, poderia ficar à mercê do ladrão Augusto Sharlok, que, após pagar multa por seus furtos, fora posto em liberdade (APMCM, Caixa 25); poderia encontrar João de Campos, que estava foragido depois de ter deflorado a própria filha, ou então, os cidadãos João Henrique de Faria e Francisco Cristóvão da Cunha, que tinham por hábito insultar as pessoas de bem, sem falar no *brigão* João Stingle que, na rua das Tropas (uma das principais), ofendia e feria desafetos sem a menor cerimônia (APMCM, Caixa 26). Por mais esforços empregados, como a determinação de multas e prisões, parece que a população local era bastante dada a expor em público suas diferenças e, dessa forma, vagar pelas ruas era sinônimo de aprender justamente aqueles maus hábitos tão combatidos pelos envolvidos com a escolarização. Havia, nesse caso, a preocupação em preservar a criança de relações tidas por perniciosas e impeditivas de deixar que a escola produzisse nelas o fruto esperado.

A terceira situação, identificada pelos vereadores, nos reconduz ao argumento da carta do professor Pedro Fortunato Jr. Os alunos que não se enfiaram em casa ou estavam vagando pelas ruas, foram se matricular na 2ª Cadeira e, assim, como ele nos informou, viu sua escola frequentada por um número de discípulos maior que o que qualquer sala da cidade poderia acomodar. Segundo sabemos, em novembro de 1877, esse número chegava a 52 meninos e pode ter aumentado até maio de 1878, quando escrevem os vereadores. A descrição mais detalhada que temos da sala, onde funcionava a aula de Pedro Fortunato, remonta a seis anos antes da superlotação da escola. Naquela época, Francisco Alves Guimarães, inspetor paroquial, visitou-a e lavrou um termo de visita relatando o que viu:

A sala da escola é suficientemente espaçosa para o número de alunos que a frequentam, conserva-se limpa e seus móveis em boa ordem, sendo porém desejável que recebesse mais claridade, o que não impede de a considerar a melhor sala de escola que temos na vila. Os móveis pertencentes à escola são em mui pequeno número, funciona, porém, com algumas mesas de escrivaninha da 1ª cadeira, as quais convém que sejam consideradas definitivamente da escola. Tem alguns móveis, como o estrado, que necessitam de consertos. Está desprovida de quadro preto para exercícios e serve-se para eles de um que há emprestado um cidadão desta vila. (DEAP-PR, AP 395, 1872, p 7, grifos nossos)

Haveria, aqui, um excesso de otimismo por parte do Inspetor, em 1872, ou um excesso de pessimismo no olhar dos vereadores e professor em 1878? Tomando por testemunho a descrição do inspetor, para o número de alunos que a frequentavam, à época de sua visita, a escola, embora mal iluminada, era suficientemente espaçosa (ou seja, os meninos não ficavam apertados nem amontoados, respirando o mesmo ar viciado que temeriam os vereadores anos mais tarde). Mas, quanto à situação da mobília da escola, o próprio inspetor não consegue esconder o que, para o mais otimista, seria um desfalque significativo. Móveis, havia os que foram tomados de empréstimo da 1ª cadeira, enquanto o quadro negro fora cedido por um cidadão local. O estrado do professor precisava de consertos, assim como a escola carecia de toda a mobília minimamente necessária para o desenrolar diário das aulas. Isso tudo, podemos enxergar melhor se retrocedermos no tempo mais um pouco e lermos o primeiro pedido de móveis feito pelo professor da 2ª Cadeira, Pedro Fortunato, em 1871. Vamos compará-lo ao que vinha previsto no Regulamento de 1857, que estabeleceu a mobília para as escolas(Quadro 1).

Quadro 1 – Móveis Prescritos e Móveis Existentes na Escola da 2ª Cadeira do Sexo Masculino da Lapa

Móveis Prescritos na Legislação	Móveis Existentes na 2ª Cadeira
<ul style="list-style-type: none"> - uma mesa com gaveta e uma cadeira de braços para o professor sobre um estrado, com gavetas destinadas a guardar as coisas do uso da escola; <li style="padding-left: 20px;">- duas cadeiras para visitantes <li style="padding-left: 20px;">- bancos em anfiteatro com três ordens - mesas inclinadas nas costas dos bancos de 1ª e de 2ª ordem e sobre elas caixilhos para traslados caligráficos e tinteiros fixos, sendo um para cada três alunos - um banco ao lado do professor para castigos; - um quadro preto de madeira para exercício de leitura, escrita e contas; - um quadro com sistema geral de pesos e medidas do Império e valores de moedas na parede lateral; <li style="padding-left: 20px;">- cabides para chapéus; - talha para água e dois copos ou canecas 	<ul style="list-style-type: none"> <li style="padding-left: 40px;">- 2 bancos compridos; - 1 mesa com gaveta, muito ordinária - 1 estrado que além da gaveta necessita de outros concertos <li style="padding-left: 40px;">- 4 bancos com escrivaninha que pertencem à 1ª Cadeira

Fontes: Paraná (1857); APMCM, Caixa 13, 1871.

De tudo aquilo que deveria existir numa escola, a modesta lista de Pedro Fortunato expressa melhor a situação concreta e diária da cadeira que ele regia, no começo da década de 1870: ao invés de uma *mesa com gaveta e uma cadeira de braços para o professor* havia *uma mesa com gaveta muito ordinária sobre um estrado que além da gaveta necessita de outros reparos*; no lugar dos *bancos em anfiteatro em três ordens* (para as classes do ensino simultâneo, o que equivaleria a cinco bancos, quatro para a 1ª e 2ª classes e um fechando o anfiteatro para a 3ª classe), os alunos sentavam-se em *4 bancos com escrivaninha*, emprestados da escola da 1ª cadeira, regida pelo professor Geniplo Ramos, o mesmo que, anos mais tarde, veria sua escola ser fechada. O quadro negro, ainda que cedido por um morador local, como afirmaria o Inspetor Francisco Alves, em 1872, talvez já fosse considerado propriedade da escola (ou teria o professor esquecido de mencionar o pedido de um em 1871?). É bem possível que, quando Francisco Alves lá esteve, em visita, não tenha podido se sentar (afinal, também não existiam na escola as cadeiras para visitantes e, talvez,

os dois bancos compridos já estivessem ocupados pelos meninos) e tenha tido que deixar seu chapéu em algum canto da sala, na evidente ausência do cabide a ser utilizado para este fim. Caso tenha sentido sede, precisou esperar chegar em casa, pois não havia talhas com água nem canecas, tanto para os alunos como para o professor e o inspetor. Se ainda restam dúvidas entre quem era o otimista ou o pessimista nesta história (o inspetor de um lado e os vereadores e professor do outro), acresçamos o dado de que, nos anos seguintes, a escola não foi provida com nenhuma mobília por parte da Inspetoria Geral da Instrução Pública, o que sugere que, em 1878, no período da superlotação da escola, a situação, que já era precária, pode sim, ter chegado de grave a gravíssima. Não haveria, de fato, espaço físico suficiente para todos os alunos – entenda-se por espaço físico a existência de bancos e móveis suficientes para acomodar todos os meninos –; a iluminação precária, numa sala repleta de gente, certamente ficava ainda mais comprometida e o que falar, então, dos efeitos à saúde vindos do “[...] ar viciado pelos produtos respiratórios de um grande número de indivíduos acumulados em um mesmo espaço pequeno, úmido e mal ventilado [...]” (DEAP-PR, 5º Livro Copiador, não paginado) que preocupava os vereadores locais? Havia, assim, clara preocupação com a saúde e conforto das crianças que ainda permaneciam na escola, ameaçada pela supressão que havia sido realizada pelo econômico presidente da Província.

O quadro pitoresco, que pintamos aqui, aponta duas ordens de tensões: de um lado, o da administração provincial (bem representada pelo olhar do inspetor paroquial) que, mesmo constatando a precariedade da escola em 1872, dentro do possível, considera o espaço escolar adequado para o *número de alunos* que a frequentavam; de outro, o da administração local, que, diante de um espaço que pouco deve ter mudado no decorrer dos anos, o considera impróprio e inadequado para a instrução de um *número avultado* de crianças. Com um olhar mais ou menos próximo ao do Inspetor Paroquial, é que o presidente da Província pode ter suprimido a 1ª cadeira da Lapa, em outubro de 1877 (afinal, por que manter duas escolas se é possível atender *bem* a todos pelo preço de uma e, quem sabe, futuramente, equipá-la melhor?). Com um olhar mais ou menos próximo ao dos vereadores da Lapa (para os quais, em assuntos de infância e escolarização, não cabia economizar) e de outras vozes discordantes, e que não conhecemos, por terem sido elevadas em outros lugares daquela Província, dos quais não nos ocupamos aqui, é que o novo Presidente, Rodrigo Otávio de Menezes, ao qual os políticos da Lapa dirigiram o ofício que nos guiou nessa segunda parte da investigação, resolveu restabelecer algumas das cadeiras suprimidas pelo seu antecessor, por meio da Lei nº 509, de 9 de junho daquele ano, portanto, dezanove dias após o ofício da câmara municipal:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei o seguinte:
Art. 1º - são restauradas as seguintes escolas de instrução primária:
n. 1 – a primeira cadeira do sexo masculino da cidade da Lapa [...] Palácio da Presidência do Paraná, em 9 de junho de 1878 [...] (PARANÁ, 1878)

Dessa forma, sete meses após a supressão da 2ª cadeira de instrução primária da cidade da Lapa, depois de certa movimentação ocorrida na cidade, mais tímida da parte do professor e mais declarada da parte dos vereadores, tendo a criança como argumento central da petição formal destes últimos, mais um caminho do progresso estava sendo traçado em uma cidade da Província do Paraná.

Considerações finais

A tentativa deste trabalho, de analisar um fenômeno do passado com um olhar ao rés-do-chão, ajudou a compreender um pouco mais algumas situações já conhecidas na historiografia e chamar a atenção para outras menos problematizadas.

No nível da experiência histórica vivida por professores, políticos e crianças na cidade da Lapa, em torno da supressão/restauração de uma cadeira de instrução, foi possível perceber que o critério fundamental para que uma escola funcionasse era a frequência de crianças, e que esse número, no plano da legislação e dos discursos, vinha condicionado ao aspecto financeiro: havia um Estado que investia e esperava retorno desse investimento, no tocante à escolarização das crianças. Os mapas de frequência parecem ter funcionado, efetivamente, como mecanismo de vigilância e controle sobre essa questão.

Em relação ao ponto de vista diferente, que o olhar ao rés-do-chão ajudou a proporcionar, está o da relação travada entre a criança, a escola e a cidade, no fenômeno histórico aqui analisado. O conjunto dos argumentos, mobilizados por um professor e alguns políticos na cidade da Lapa, e o desfecho a que chegaram, revela que já naquele período a escola estava consolidada, entre eles e para eles, como um espaço adequado para a formação da criança na cidade. Por essa razão, o grande argumento da petição dirigida pela câmara não foi a importância que uma escola teria para o desenvolvimento do município, ou para mostrá-la melhor inserida nos caminhos do progresso (embora tenhamos podido observar que, no plano do não dito, esse sentido também se fazia presente, conforme as relações estabelecidas entre diferentes fontes permitiram observar). No nível da exposição objetiva apresentada pelos vereadores, a causa esmiuçada e exposta por eles era a

preocupação em oferecer para as crianças da cidade espaço adequado para passarem algumas horas do dia aprendendo convenientemente as lições a serem dadas pelo professor. Não se pode descartar, é verdade, que, por trás dessa grande causa, também há muita estratégia política. É a câmara que oferece ao presidente da Província a oportunidade de prestar um bom serviço à cidade, numa bela jogada retórica, típica da política à época. Mas, no momento em que escreveram e nos argumentos dos quais se valeram, deram visibilidade à criança, demonstrando que, naquela cidade e naquele período, ela era vista, percebida, notada. Em função dela, da percepção de sua especificidade, fragilidade e de seu lugar – que não eram os sítios onde poderiam ingressar precocemente no mundo do trabalho, nem as ruas perigosas da cidade onde poderiam aprender maus hábitos – mas a escola – não superlotada de alunos e longe de suas residências, mas existindo em número conveniente para bem atendê-los, é que esses políticos se mobilizaram para pedir providências a outros políticos.

Trata-se de um movimento quase imperceptível “[...] nas vagas de fundo do conjunto da vida” (BRAUDEL, 1995, p. 25), mas que chama a atenção para outras possibilidades, através das quais se processaram os grandes movimentos na experiência histórica da escola brasileira no século XIX, como a preocupação com o acesso à escolarização para a maior parte da população, ou a produção de espaços adequados fisicamente para esse fim. A *mal entendida economia*, de que falam os vereadores, talvez não fosse tão mal entendida, se as coisas, na escola regida por Geniplo, no último trimestre de 1876, tivessem continuado nos meses seguintes do ano de 1877. Contudo, a própria lei que previa que as escolas, frequentadas por número abaixo do prescrito, deveriam fechar, parece perder a força quando um grupo de homens, que também era produtor de leis e que delas se servia com frequência, questiona, ainda que veladamente, decisões tomadas com base nela, mas que, no seu modo de ver, prejudicavam algumas das crianças da cidade. Parece que a própria legislação, tão árida e demarcadora, nos anos seguintes, também teria que ceder e negociar a partir de situações que envolviam, como no caso da Lapa, a presença da criança em suas relações com a cidade e a escola.

Referências

ABRANCHES, F. J. **Relatório do Presidente da Província**. Curitiba: Tipografia Lopes, 1874.

ABREU, S. E. A. de. **A instrução primária na Província de Goiás no século XIX**. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL CASA DA MEMÓRIA DA LAPA. (APMCM). **Mapa dos Alunos da 1ª Cadeira desta Cidade da Lapa relativo ao Trimestre de Outubro a Dezembro de 1876.** Caixa 13, documento manuscrito.

_____. **Ofício de João Pereira Lagos a Emygdio Westphalem.** Curitiba, 1º de outubro de 1877. Caixa 13, documento manuscrito.

_____. **Ofício de Pedro Fortunato à Francisco Alves Guimarães.** Caixa 13, documento manuscrito.

_____. **Parecer da Câmara Municipal relativo ao ano de 1873.** Caixa 11, documento manuscrito.

_____. **Processos Diversos do Ano de 1877.** Caixa 25, documentos manuscritos.

_____. **Processos Diversos do ano de 1878.** Caixa 26, documentos manuscritos.

_____. **Relatório do Professor Pedro Fortunato de Souza Magalhães Jr.** Lapa, 20 de novembro de 1877. Caixa 13, documento manuscrito.

BECCHI, E.; JULIA, D. StoriadellaInfanzia: Storiaseenza parole? In: _____.
_____. **Storiadell’Infanzia: dall’antichità al seicento.** Roma-Bari: Laterza, 1996. p. I-XII.

BRAUDEL, F. Prefácio. In: _____. **O Mediterrâneo.** Lisboa: D. Quixote, 1995. p. 21-29.

CATANI, D. B.; FARIA FILHO, L. M. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 19, jan/abr 2002.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. (DEAP-PR). **5º Livro Copiador da Câmara Municipal do Príncipe (1869-1879).** Fundo Cecília Maria Westphalem. Códice manuscrito.

_____. 1872, códice manuscrito.

FARGE, A. **Lugares para a História.** Lisboa: Teorema, 1999. 170p.

FARIA FILHO, L. M. O Processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: FONSECA, T. N. L.; VEIGA, C. G. **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 77-97.

FLEURY, A. P. **Relatório do Presidente da Província**. Curitiba: Tipografia Lopes, 1866.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179

_____. Introdução. In: _____. **História Noturna: decifrando o Sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 9-37.

HILSDORF, M. L. S. Tempos de Escola – fontes para a presença feminina na educação escolar – São Paulo – Século XIX. In: GONDRA, J. **Dos Arquivos à Escrita da História: a Educação Brasileira entre o Império e a República**. Bragança Paulista: EDUSE, 2002. p. 133-145.

KUBO, E. M. **A legislação e a instrução pública de primeiras letras na 5ª comarca da Província de São Paulo**. Curitiba: SECE, 1986. 324 p.

LE ROY LADURIE, E. **O Carnaval de Romans**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 544 p.

OLIVEIRA JÚNIOR, J. B. **Relatório do Presidente da Província**. Curitiba: Tipografia Lopes, 1878.

PARANÁ. Lei n. 144 de 21 de abril de 1866. In: MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (Org.). **Coletanea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889**. Brasília, DF: INEP, documento digital.

_____. Lei n. 440 de 11 de maio de 1875. In: MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (Org.). **Coletanea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889**. Brasília, DF: INEP, documento digital.

_____. Lei n. 456 de 12 de abril de 1876. 1876a. In: MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (Org.). **Coletanea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889**. Brasília, DF: INEP, documento digital.

_____. Lei n. 509 de 9 de junho de 1878. In: MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (Orgs.). **Coletanea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, documento digital.

_____. Regulamento Geral da Instrução Pública de 1857. In: MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (Org.). **Coletanea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889**. Brasília, DF: INEP, documento digital.

_____. Regulamento Geral da Instrução Pública de 1º de setembro de 1874.

In: MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (Org.). **Coletanea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889**. Brasília, DF: INEP, documento digital.

_____. Regulamento Orgânico de Instrução Pública de 16 de julho de 1876. 1876b. In: MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (Org.). **Coletanea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889**. Brasília, DF: INEP, documento digital.

REVEL, J. A História ao Rés-do-chão. In: LEVI, G. **A Herança imaterial**. Trajetória de um Exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-38.

VEIGA, C. G. A Institucionalização das Cadeiras de Instrução Elementar em Minas Gerais no século XIX e a produção da Profissão Docente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais...** Natal: SBHE, 2002.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 285 p.

XAVIER, L. N. Particularidades de um Campo Disciplinar em Consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBHE, 2000.

Recebimento em: 11/03/2013.

Aceite em: 01/08/2013.